



A PERMANÊNCIA DA ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (ASI/UFPB) NO PERÍODO DA DISTENSÃO E ABERTURA POLÍTICA

Elissandra Maria Costa Dias

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

elissandra_maria@hotmail.com

Este trabalho é oriundo de pesquisa, ainda em curso, realizada através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Como um dos objetivos integrantes da referida pesquisa, pretendemos compreender a função das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) nas universidades brasileiras, especialmente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante a ditadura militar. Por meio da análise da documentação do Fundo SNI – Agência Recife e de documentos que foram circulados pela ASI/UFPB³³⁵, foi possível perceber a existência de documentos que comprovam que a Assessoria da UFPB permaneceu ativa e em comunicação com outros órgãos de informações durante o período da distensão e da abertura “lenta, gradual e segura”, iniciada em 1979. Além de considerarmos o momento de gradual “flexibilização” ocasionado pela abertura, evidenciamos a permanência do serviço realizado pela ASI/UFPB durante a temporalidade já referida, ao atentar para o fato de que, em parte das universidades, as ASIs já haviam sido desativadas. A partir do exposto, tencionamos refletir acerca dos objetivos e funções da ASI/UFPB durante os anos finais da ditadura militar.

SURGIMENTO E FUNÇÃO DAS ASI

³³⁵ Os documentos do Fundo SNI- Agência Recife, bem como os documentos que foram produzidos ou circulados pela ASI/UFPB, encontram-se arquivados no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), na Fundação Casa de José Américo de Almeida – João Pessoa/PB.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), surgem a partir do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em linhas gerais, o SNI nasceu a partir do projeto autoritário que permeou os ideais do novo governo que emergiu em 1964. Tomando como base os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e tendo como um dos seus principais idealizadores o general Golbery do Couto e Silva, o SNI, criado oficialmente, por meio do pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. O Serviço esteve ligado diretamente à presidência, além disso, como expõe Antunes (2001), o Serviço teve a função de subsidiar o presidente na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação, promovendo, assim, a difusão adequada de informações. Alicerçado na Doutrina de Segurança Nacional, como já foi mencionado, o SNI, como um subproduto dos princípios que norteavam tal doutrina, veio reforçar a noção de “guerra interna” ou “guerra revolucionária” que se fez presente durante a ditadura, fortalecendo com isso, as estratégias de vigilância e monitoramento àqueles considerados como inimigos da “Revolução de 1964”.

A partir desse contexto, onde a vigilância se tornou uma prática empreendida pelo Estado a partir dos órgãos de informações espalhados em uma teia complexa e entrelaçada, situamos as universidades brasileiras, que desde os momentos iniciais após o golpe, sofreu com as duras intervenções dos militares, materializadas por meio de expurgos, decretos, censura perseguições e a imposição de um projeto de modernização nos moldes conservadores³³⁶.

Como forma de obter o controle sobre as universidades, foram implantados serviços de informações que funcionavam como uma espécie de “braço” do SNI nos campi universitários. Tais serviços, chamados de Assessorias Especiais de Informações (AESI)³³⁷, estavam ligados a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da

³³⁶ Sobre o termo “modernização conservadora” e o processo derivado desse projeto modernizador para as universidades durante a ditadura militar, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.

³³⁷ Chamadas inicialmente de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), as Assessorias também foram chamadas, posteriormente, com uma nova reformulação a partir de 1975, de Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Como ambas as siglas são recorrentes tanto na documentação analisada, quanto nas bibliografias existentes sobre o tema, utilizaremos as duas nomenclaturas ao longo do texto.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Educação (MEC), que também fazia parte do complexo sistema de informações³³⁸ que visava manter o Estado autoritário informado. Com isso, as Assessorias, que surgiram ou se consolidaram a partir de 1971, e, desempenharam papel indispensável no apoio a repressão por meio da vigilância a comunidade acadêmica das universidades. Acerca disso, Pereira (2016: 126), nos diz:

Em 1971, seriam criados dentro das universidades órgãos de informação submetidos à DSI/MEC. Eles se chamavam Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Com as AESI, o controle da circulação da informação seria mais eficaz à medida que ao invés do gabinete do reitor, um órgão diretamente submetido à DSI/MEC viesse a receber os documentos sigilosos. As AESI faziam parte do sistema de informações, atuando nas diversas autarquias e empresas públicas (e não apenas nas universidades) e sendo subordinadas às suas respectivas DSI, de acordo com o “canal hierárquico” estabelecido no Manual de Informações do SNI.

Vimos que Pereira (2016), realça a existência das AESI como parte integradora do sistema de vigilância, além de destacar a eficácia que as Assessorias desempenhariam a partir daquele momento no que tange ao levantamento de informações, posto que, direcionavam e circulavam informações das e para as suas respectivas DSI, funcionando, segundo a autora, como um “canal hierárquico”. Nesse sentido, as AESI presentes nas universidades, colaboravam no processo de triagem ideológica, levantando informações sobre estudantes professores, funcionários e entidades que fossem considerados subversivas.

As Assessorias dispunham de uma estrutura de funcionamento em que havia um chefe coordenador, que também era representante, e duas seções; uma de informações e

³³⁸ Como isso, nos referimos a ampliação pela qual o SNI passou a partir do final da década de 1960. Nesse processo, é de fundamental importância considerar a emergência do Ato Institucional N° 5, que demonstra o recrudescimento do regime a partir de medidas ainda mais repressivas. A partir do recrudescimento, entendemos que os serviços de informações seguiram a tônica da repressão, aumentando a necessidade de levantar informações no intuito de desbaratar movimentos considerados subversivos. Com isso, surge o Sistema Nacional de Informações (SISNI), onde o SNI era o seu principal órgão, além do SNI, o SISNI contava com outros órgãos setoriais, a exemplo dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis e Militares – uma verdadeira comunidade de informações. É desse contexto que é criado o Plano Nacional de Informações (PNI); a Escola Nacional de Informações (EsNI); as Divisões de Segurança e Informações (DSI) – ligadas aos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), subordinadas as DSI. Sobre a estrutura e atuação do SISNI, ver: FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

outra administrativa. Embora nem todas as assessorias espalhadas pelo país funcionasse de forma plenamente igual, ao menos em tese, as ASIs operavam com até oito servidores, funcionando em salas da própria reitoria. (MOTTA, 2014:199). Ainda de acordo com o autor:

Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas a orientação normativa e supervisão da DSI/MEC – por vias indiretas, ao SNI. Por isso, muitas vezes, as assessorias serviam para exercer pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos próprios serviços de informação. Segundo as normas oficiais, era papel da Aesi: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.

Para que os funcionários das assessorias estivessem bem preparados no combate ao que representasse perigo, uma boa formação técnica era fundamental, e por isso, era recomendado que os funcionários passassem pelos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI). Como parte do preparo, manuais de instrução e formulários eram distribuídos pela DSI/MEC.

Os materiais circulados pelas Assessorias possuíam, em boa parte, um carimbo de confidencial; no caso das universidades, é notório o registro de estudantes, professores e funcionários que apresentassem ligações políticas suspeitas; junto a isso, é comum encontrarmos registros de eventos ocorridos no campus das universidades, processos de admissão, matrículas e de administração interna. Chama atenção o contato com outros órgãos de segurança da área, o que colabora com a forma de pensar os órgãos de informações em forma de “comunidade”.

É possível então compreender o importante papel que as ASI desempenharam na coleta de informações e vigilância a comunidade acadêmica das universidades brasileiras. Algumas Assessorias deixaram de existir com o início do processo de distensão e abertura, contudo, outras permaneceram ativas até o final do regime, como foi o caso da ASI/UFPB, que funcionou até 1984.





A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA UFPB (ASI/UFPB)

A Universidade Federal da Paraíba esteve entre as primeiras no que toca a utilização de serviços de informações. Logo nos primeiros momentos após o golpe dado em 1964, a comunidade acadêmica da UFPB sofreu com a intervenção de um novo reitor alinhado com o regime, o que ocasionou a saída do então reitor Mário Moacyr Porto. O alinhamento do professor de medicina, ex-oficial do Exército e reitor da UFPB a partir de 1964 até 1971, Guilardo Martins Alves, com as forças golpistas, é considerado ao tentar compreender o pioneirismo da UFPB nesse sentido, já que a universidade possuiu um Serviço de Segurança e Informações (SSI) anterior a emergência do Plano Nacional de Informações (PNI) e das demais AESI a partir da década de 1970.

Dentre os meios utilizados para desencorajar o movimento estudantil e qualquer outro movimento contestatório por parte da comunidade acadêmica, a informação constituiu recurso essencial para desarticular os meios de organização e resistência. Assim, com a colaboração dos Órgãos de Informações (OIs), estudantes e professores da UFPB sofreram duras punições³³⁹.

De acordo Motta (2014), o regimento interno da AESI/UFPB pode ter servido de modelo para o funcionamento das AESI das demais universidades, sendo, inclusive, a AESI/UFPB uma das mais bem organizadas e operantes na primeira metade da década de 1970. Tal hipótese encontra respaldo ao levar em conta o pioneirismo da UFPB em assuntos relacionados a informação e segurança, além de ter sido encontrado nos arquivos da ASI da Universidade Federal Fluminense (ASI/UFF), o regimento da AESI/UFPB, o que nos faz concluir que este serviu de modelo para outras assessorias. (PEREIRA, 2016: 134).

Dentre as diretrizes e competências contidas no regimento da ASI/UFPB, salientamos as seguintes:

³³⁹ O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017), traz os números e punições em forma de expurgos e afastamentos temporários relacionados a alunos e professores UFPB durante o regime militar.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

I – No que se refere à Segurança Nacional:

- a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
- b) realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com a finalidade do órgão.

II- No que se refere às informações e contra-informações:

- a) Coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB;
- b) produzir informações:-necessárias às decisões do Reitor da UFPB. para atender às determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI - desmembramento);
- c) encaminhar a DSIEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI e, em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC. (Regimento Interno da AESI, 1971, p 20-21);

Entre os documentos disponíveis para pesquisa relacionados a ASI/UFPB analisados até o momento, produzidos majoritariamente a partir de 1979, notamos um relevante volume de informações acerca de estudantes, professores e entidades de representação, principalmente aqueles que eram associados ao perigo para o “bom funcionamento” da universidade. Destacamos o fato de que, em alguns documentos, mesmo os produzidos nos anos da abertura política, trazem importantes informações acerca dos anos iniciais do regime. Salientamos que, além do acesso a informações anteriores que determinados documentos fornecem por meio de extensos históricos, foi possível ter acesso a alguns documentos produzidos antes do início do processo de distensão e abertura, como é o caso, por exemplo, de um informe onde consta como sendo de origem do Serviço de Segurança e Informações (SSI/UFPB) e de data de 09 de dezembro de 1970.

ASI/UFPB E ABERTURA POLÍTICA

Em relação aos órgãos de informações, o projeto de abertura teria que lidar com a grande rede de órgãos de informações existente. “Geisel, não podendo nem desejando extingui-los, precisava, ao menos, controlá-los” (FICO, 2001: 211). O “perigo vermelho”, já não representava uma grande ameaça, no entanto, ao prever a diminuição





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da atuação e até mesmo a extinção dos órgãos de segurança, setores da “linha-dura” do regime presente nos órgãos, tomaram como objetivo “mostrar serviço”. Carlos Fico ainda diz:

[...] é preciso lembrar que o SNI foi bastante reforçado durante a gestão do general Otávio Medeiros, justamente no governo Figueiredo, consolidador da abertura [...] Como explicar, então, que o general-presidente responsável pela fase final da abertura estivesse investindo tanto no SNI? A explicação provavelmente decorre do fato de que seria relativamente mais simples justificar a necessidade de um órgão central de informações – comum em diversos países democráticos – do que um sistema de segurança. [...]

Considerando as estratégias de permanência dos órgãos de segurança e informações, o reforço recebido, bem como um processo de abertura baseado em um modelo lento e gradual, compreendemos as razões dos serviços de informações continuarem operantes. Junto a isso, o paulatino retorno dos movimentos sociais em forma de luta em prol da anistia e do retorno pleno a democracia, por exemplo, contribuiu para que os OIs continuassem levantando informações sobre pessoas, entidades de representação e movimentos.

No que se refere a UFPB, a documentação oriunda dos serviços de informações na temporalidade em questão, mostra um forte controle sobre processos de admissão de novos funcionários, onde se havia um levantamento de antecedentes daqueles considerados subversivos, além de um grande controle acerca dos processos eleitorais envolvendo dirigentes e estudantes. A vigilância por meio dos órgãos abrangia o registro de atividades suspeitas que envolvessem estudantes; professores e demais funcionários; exemplo desse quadro de vigilância, citaremos um trecho de um documento, que data de 20 de junho de 1974, onde consta o nome da ASI/UFPB e trata de um informe remetido ao diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB pelo assessor especial, Eulálio Luna de Carvalho:

Nos termos expedientes da Comunidade de Informações, recentemente elaborado, alertando as Universidades Brasileiras para não ter acesso a elas, pessoas portadoras de antecedentes políticos-ideológicos contrários ao regime vigente ou que professem ideologias espúrias às instituições nacionais, e, devidamente autorizado pelo Magnífico Reitor, encareço o obséquio de V. Exa. no sentido de remeter a esta AESI o nome, a filiação, a data e o local do nascimento das pessoas abaixo, pretendentes a:





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- 1 – participar do concurso para o Magistério, instituídos pelos departamentos integrantes desse Centro;
- 2- ingressar, de forma interina e temporária, no Magistério para atender necessidades eventuais dos departamentos e
- 3 – competir em concurso de monitores. (**AESI_UFPB_Ofício nº 156/74**. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Como vimos, a recomendação estava pautada no alerta aos antecedentes dos que tentavam ingressar nas universidades brasileiras, portanto, diante dessa recomendação os órgãos integrantes da comunidade de informações mantiveram-se atentos, elaborando longos e detalhados históricos sobre pessoas consideradas suspeitas. De acordo com Motta (2014), os grandes expurgos feitos nas universidades com a colaboração dos serviços de informações ocorreram em grande escala nos momentos de maior repressão do regime, e que, após passado esse período, as assessorias de informações trabalharam muito mais no sentido de monitorar a comunidade acadêmica.

Partindo do afirmado, atentemos agora para um documento que evidencia a necessidade de buscar dados sobre estudantes que poderiam ter comparecido a um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1975, com vistas a reorganizar a União Estadual dos Estudantes da localidade em questão:

- 1 – Dados conhecidos:
 - Realizou-se no dia 21 jun 75, em São Paulo, um Congresso Estudantil com a finalidade de eleger a Direção Política do DCE/USP e reestruturar a União Estadual dos Estudantes de SÃO PAULO e União Nacional dos Estudantes.
- 2- Dados Solicitados
 - Informar a esta AESI se algum estudante dessa Unidade viajou para o citado Encontro. Caso positivo, remeter o nome e a filiação.
 - Outros dados julgados úteis. (**AESI_UFPB_Pedido de informação nº 25/75**. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A comunicação entre assessorias por meio de pedidos de informações não era algo incomum, pois esta troca além de reforçar o senso de comunidade entre os órgãos de informações contribuía para o controle de estudantes e professores por meio do monitoramento de suas atividades dentro e fora da universidade de origem. Outro ponto importante que o pedido de informação suscita, diz respeito ao paulatino retorno do





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

movimento estudantil por meio de encontros, encontros esses que encorajavam estudantes a se organizarem. E em relação ao retorno das organizações de estudantes da UFPB, de acordo com o que expõe Nascimento (2015), partir de 1975, apesar do controle exercido por meio dos mecanismos de repressão, estudantes organizados iniciaram o processo de retomada dos órgãos de representação estudantil, e com isso, as atividades estudantis passam a ter apoio dos Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entretanto, a ASI/UFPB continuou elaborando extensos informes e monitorando as atividades organizadas e praticadas por estudantes³⁴⁰.

Informações sobre professores também foram encontradas nos documentos circulados pela ASI. Não diferente daquilo que encontramos sobre os estudantes, os professores que haviam participado de movimentos considerados subversivos em algum momento da vida, ou que, ainda fossem tidos como de esquerda em decorrência de aproximações com partidos ou de qualquer tipo de movimentação suspeita, costumavam figurar nas fichas produzidas, como consta no seguinte documento do ano de 1979, que versa sobre o professor Clóvis Peppe:

Em resposta ao documento da referência, esta ASI informa:

- 1) Esquerdista
 - 2) Contrário
 - 3) Membro do 1º Conselho de Representantes da Associação dos Docentes da UFPb (ADUFPb), **entidade de tendência esquerdista**.
 - 4) Não exerceu função administrativa.
 - 5) Exerce com eficiência o cargo de professor colaborador do Departamento de Química.
 - 6) Tem boa conduta civil, comprovada pelo **atestado de antecedentes** passado pela Secretaria de Segurança do Estado.
 - 7) No LDB processado para a sua contratação, nos O.I. da área, nada constava a respeito do nominado.
- No PB nº 95/78/ASI/UFPb, de 16 mai 78, **foi solicitada informação a DSI/MEC, a respeito do epigrafado, para a sua contratação. (ARE_SNI_479_79 Informação nº 213/79** Acervo da Comissão Estadual da

³⁴⁰ A documentação analisada evidencia uma grande produção de informações, a partir do processo de retomada do movimento estudantil, acerca de processos de eleição para entidades, listas contendo nomes e dados pessoais de alunos que foram a encontros, bem como detalhes sobre as atividades culturais organizadas por estudantes; o que colabora com o que a autora citada diz sobre o parcial consentimento das atividades estudantis ter relação com uma possível forma de facilitar o controle sobre os passos dados por esse seguimento e mantê-los dentro uma normalidade permitida.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Verdade e Preservação de Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo). Grifos nossos

O documento acima trata-se de um juízo sintético, onde a ASI/UFPB fornece algumas informações. É claramente possível perceber a relevância da informação relacionada ao posicionamento político do professor (se é de esquerda ou não), assim como nota-se, no segundo ponto, uma outra relacionada a posição acerca do regime em vigor (se é favorável ou contrário). De acordo com o documento, apesar de ser contrário ao regime, o professor tem boa conduta civil, o que foi concluído a partir de atestado de antecedentes solicitado para a sua contratação. Além dessas informações, atentamos para como o documento trata a Associação dos docentes da UFPB (ADUF/PB), vista pelos órgãos como uma entidade de tendência esquerdista³⁴¹.

Por fim, destacamos um documento relacionado a ASI, do ano de 1984, que traz como assunto: “Dirigentes Universitários” e trata sobre o professor Itan Pereira da Silva, nomeado em 1984 para o cargo de Pró-Reitor para assuntos do interior, e com isso, “de imediato, a ASI-UFPB faz circular, por meio do SNI, informações sobre a trajetória política e acadêmica do mesmo” (NUNES, 2018:31). Esse documento evidencia que até mesmo professores que eram designados para cargos de Pró-Reitor não escapavam dos olhos vigilantes da comunidade de informações, e por vezes, nem os próprios reitores deixaram de ter registros nas ASI por atividades tidas como suspeitas. Um outro ponto que chama atenção diz respeito ao ano de produção desse documento; em 1984 o regime se encontra no fim, porém, a ASI/UFPB continuou a circular informações sobre antecedentes políticos de membros da comunidade acadêmica da UFPB.

Concluindo, entendemos que, um sistema de informações não se extinguiria do dia para noite, isso é fato, ainda mais quando não havia total harmonia entre os que integravam o regime. Como vimos, os órgãos de informações tentaram se manter atuantes mesmo após anunciada a abertura política, recebendo, inclusive, investimentos. Nas universidades, vistas como um lugar suscetível aos ideais da temida esquerda, o

³⁴¹ Nos documentos examinados a ADUF/PB, entidade de representação de docentes criada em 25 de outubro de 1978 (seção João Pessoa), figura em boa parte dos documentos como uma entidade suspeita, comprometida com ideais de esquerda, sendo, portanto, suas atividades e membros vigiados pelos órgãos de informações.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

processo de demonstre das ASI não foi tão simples e uniforme. Segundo Motta (2014), a proposta de extinguir as assessorias foi pauta nos encontros de professores e levada aos reitores em algumas universidades, como foi o caso da UFPB. Todavia, a ASI/UFPB permaneceu operante até 1984. Os documentos analisados até então, evidenciam que o monitoramento a estudantes, professores e funcionários ocorreu até o último momento de existência da ASI/UFPB.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final.** João Pessoa, A União, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979).** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985).** *Saeculum: As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: História, historiografia e memória*, João Pessoa, v. 39, p.19-36, 2018.

PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

